

Avaliação de Políticas Públicas

Ricardo Pinheiro Alves, Gabinete de Estudos,
Ministério da Economia

Èvora, Universidade de Èvora, 2º Encontro de Investigadores sobre Políticas Públicas
14 de Junho de 2018

“There is nothing a politician likes so little as to be well-informed. It makes decision making so complex and difficult.”

(John Maynard Keynes)

Avaliação de Políticas Públicas

- 1 – Porquê avaliar?**
- 2 – Panorama Europeu**
- 3 – Metodologias**
- 4 - Limitações**
- 5 – Entidades e exemplos**
- 6 - Conclusões**

- **Compreender os efeitos** das políticas públicas para melhorar o seu desempenho futuro
- **Afectação eficiente de recursos** que são escassos
- Dever de **transparência e responsabilidade** da Administração Pública enquanto entidade ao serviço da sociedade
- **Aumentar a utilidade** da Administração Pública para a sociedade

- **Avaliação** de políticas públicas **não é sistemática**
- Países anglo-saxónicos e nórdicos são os que têm prática mais enraizada (UK, EUA, Austrália, N. Zelândia, Suécia)
 - Tradição de avaliação
 - Argumentos económicos presentes na sociedade
 - Mais fiscalização por entidades privadas e público
- Nível internacional: prática recente de **venda de serviços**, (OCDE, OIT, CE) ou antiga de **aconselhamento** (FMI, OCDE)
- A nível da CE, prática dúbia (Efeitos da UEM – Cecchini Report (1988); Emerson & Huhne, 1991; Recomendações Semestre Europeu)
- **Preocupação aumenta com o nível de desenvolvimento**

Avaliação de políticas públicas:

- Confunde-se avaliação com monitorização
- Avaliação **baseada em evidência**
- Preparada com antecedência
- Independência requer **distância** (e mesmo assim ...)
- Idealmente **com base em contrafactual**, comparando efeitos em grupos com e sem política pública -» **difícil**
- Métodos: Análise custo-benefício
 - Qualitativos (inquéritos, entrevistas, etc.)
 - Quantitativos (Testes aleatórios, Testes não aleatórios, Experiências naturais)
- **Complementada** por peritos e percepções dos agentes

- Difícil detectar **relações causa-efeito** entre políticas e resultados
- **Incidência** das políticas não é necessariamente a desejada e o beneficiário não é sempre o seu destinatário original
- Uma decisão de política pública pode ter **múltiplos efeitos**, e nem sempre positivos
- **Implementação prática** das políticas pode alterar a sua eficiência

Barreiras à avaliação de políticas públicas

- **Falta de vontade e/ou de tempo**
 - Responsáveis políticos
 - Para além da política, não há suficiente responsabilização pelas políticas públicas
 - Dirigentes da Administração Pública
- **Falta de informação**, especialmente dados fiáveis
- **Falta de recursos** qualificados
 - Custos altos associados à contratação externa
- **Falta de alternativas** credíveis no sector privado
- **Falta de pressão** pela sociedade

- **Portugal – Avaliações na área Económica**
 - Passado recente: falta de escrutínio público
 - A influência benéfica da “Troika”
- **Entidades que avaliam** políticas públicas:
 - Gabinetes de estudo
 - Conselho de Finanças Públicas, UTAOrçamental
 - Banco de Portugal
 - Tribunal de contas
 - Entidades reguladoras
 - Universidades e centros de investigação
 - Consultoras e outras entidades privadas

- **Exemplos de avaliação de políticas públicas:**
 - Avaliação dos trabalhadores na Adm. Pública
 - Avaliação dos organismos da Adm. Pública
 - Reformas do mercado de trabalho:
 - Sistemática (2012, 2013)
 - Contratação colectiva (CE subcontratou - 2014)
 - Global (OCDE - 2015)
 - Tarifa Social de Energia (GEE - 2017)
 - Transportes e profissões liberais (OCDE - 2018)
 - Portugal 2020 (incentivos para empresas - 2018)
 - Custa Quanto?
 - Conselho Nacional para a Produtividade (em início)

- **“Custa quanto?”: avaliação prévia de impacto legislativo nos custos das empresas**
 - Iniciou-se com o Teste PME (2015)
 - Demorou cerca de 7 anos até ser implementado
 - CE ameaçou com retirada de fundos europeus – condicionalidade do acordo de parceria
 - Alterado em 2017, **consiste em aferir a variação de:**
 - Custos directos, administrativos e financeiros
 - Novo Teste PME e efeito na concorrência.
 - Ainda muito **embrionário**
 - Perspectivas de alargamento a famílias e estado
 - Realizar pré-aprovação de directivas europeus (a própria CE aplica-o deficientemente)

- **Conselho Nacional de Produtividade**

- Existe na Austrália (1973) e Nova Zelândia (2011)
 - Outros: Dinamarca (2012), Noruega (2014)
- OCDE / México trouxeram para discussão em 2015
- Acordado por países Euro no Conselho da UE (2017)
- 2 modalidades:
 - Independentes: ALE, IRL, HOL, BEL
 - Dependentes: POR, ESP, LIT, ROM
- Portugal: proposta a Ministros em 2015 e 2016
 - Aprovado em 2018 (Março)
 - Mandato: análise transversal de políticas públicas na área da produtividade

Conclusões:

1. Maior responsabilização de quem gere políticas públicas
-» **passar de monitorização para avaliação**
2. **Melhores recursos** (humanos e dados)
3. **Avaliação sistemática e transparente** de políticas **como regra**
4. Mais **pressão pública** para avaliação seria benéfico
5. **Avaliação externa** ao Estado e ao país, onde há menos pressão e menores ligações formais e informais
6. Mais **Discussão pública** de avaliações e de políticas
7. Resultado: **melhor Estado**, sinal de um país mais desenvolvido

Thank you!

Obrigado